



Continuar a crescer:
porque a JP faz falta à Madeira



MOÇÃO DE ESTRATÉGIA GLOBAL
PRIMEIRO SUBSCRITOR: PEDRO PEREIRA



Organização Interna.....	3
Participação dos militantes.....	3
Participação da Sociedade Civil.....	4
Organização da estrutura.....	6
Acção Política.....	8
Educação básica e secundária – UMA NOVA EDUCAÇÃO, UM IMPORTANTE DESÍGNIO	8
Ensino superior: Uma geração para a madeira	10
Economia, Empreendedorismo e EMPREGO: Uma verdadeira luta honesta contra a precariedade laboral.....	13
Finanças Públicas e Modernização da Administração Pública.....	16
Ambiente, Agricultura, Desenvolvimento Rural, Mar e Pescas: os jovens no primeiro sector	17
Turismo: o motor da economia da Madeira não pode parar.....	18
Habitação jovem, Família, Crianças e Desenvolvimento Social.....	19
Solidariedade, equidade, Inclusão e Segurança social: uma CAUSA JOVEM	21
Arte, Cultura e Indústrias Criativas.....	23
Transportes: mobilidade dos jovens	24
Relações externas e Comunidades Madeirenses: os jovens emigrantes e os luso-descendentes	27
Saúde.....	28
Juventude e Desporto	29
Porto Santo	30

A Juventude Popular precisa de continuar a sua política de promoção da participação dos seus militantes. A nossa estrutura tem um histórico de uma elevada taxa de militantes que se mantêm afastados da participação na estrutura. Nos últimos anos temos começado a inverter essa tendência, mas é necessário continuar a fazer um trabalho nesse sentido. É crucial para o futuro da JP perceber as causas que levam ao afastamento dos nossos militantes da participação activa e responder da melhor forma possível a essas razões. Nesta moção identificamos como principais causas dessa desmotivação na participação: 1) a falta de proximidade de muitos militantes aos órgãos de decisão da estrutura, 2) a falta de proximidade, em algumas áreas, entre os militantes e estruturas da JP e as estruturas do CDS-PP, 3) a falta de informação e 4) a falta de apoio continuado da estrutura a iniciativas políticas e sociais dos seus militantes. Para dar resposta a estes desafios, propomos as seguintes medidas:

Na estrutura e no partido:

1. Continuar a organizar Escolas de Quadros juntamente com Conselhos Regionais. Mantendo o formato das Escola de Quadros em substituição da Universidade de Verão, que permitiu reduzir custos de organização e aumentar os eventos de formação política.
2. Criação da Juventude Democrata-Cristã da Macaronésia com os parceiros: JP Açores, JpD de Cabo Verde e Nuevas Generaciones de Canárias com o objectivo de criar uma rede de trabalho que promova a interajuda e o trabalho em áreas de defesa comum destas regiões/país;
3. Utilização frequente da figura dos referendos internos para que os militantes possam participar nas decisões e posicionamentos da JP Madeira;
4. Lutar pelo reforço da relevância da JP nas concelhias do partido;
5. Lutar pelo reforço da relevância da JP nos órgãos regionais do partido;
6. Criação de um manual do novo militante que permita facilitar a mais rápida e fácil integração de novos militantes na estrutura;

7. Criação de uma newsletter mensal da JP Madeira que permita aos militantes manterem-se informados sobre a actividade da estrutura;
8. Criação de um Gabinete de Apoio ao Militante e Relações Externas que faça um acompanhamento mais personalizado e constante aos nossos militantes e potenciem o apoio da estrutura às iniciativas sociais e políticas dos nossos militantes;

Na sociedade:

9. Apoiar os nossos autarcas eleitos nos diferentes órgãos e promover o trabalho em rede. Na anterior moção defendi a necessidade de aumentarmos o nosso número de autarcas eleitos, agora que isso foi conseguido é tempo de ajudá-los a fazer um excelente mandato e dignificar ainda mais a imagem da JP Madeira.
10. Aumentar a presença dos nossos militantes nas associações juvenis e estudantis da região;

PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

A Juventude Popular da Madeira precisa de continuar a crescer e continuar a aumentar o seu dinamismo como tem feito nos últimos anos. Nesse sentido, esta moção de estratégia global pretende, usando a autonomia da estrutura, aprovar princípios ideológicos e programa político que permitam à JP melhor responder às exigências da juventude da Madeira. Além disso, a JP tem que ser um exemplo na abertura à sociedade civil, na proximidade com a juventude, na transparência e ética e na modernização e inovação. Para cumprir com esses objectivos propomos as seguintes ideias:

Abertura à sociedade civil e proximidade aos jovens:

1. Possibilidade de participação directa dos jovens através do website da Juventude Popular da Madeira, permitindo que os nossos militantes ou simpatizantes possam contribuir com sugestões, ideias ou críticas a qualquer momento;

2. Organização anual de um Open Day da JP Madeira como forma de aproximar a estrutura à sociedade civil;
3. Criação de um espaço denominado “Pergunta o que quiseres ao presidente da JP Madeira” no website da Juventude Popular da Madeira, com o objectivo de criar uma relação próxima entre toda a sociedade civil e o principal rosto da estrutura;
4. Estudar a participação na Expo Madeira ou futuros Fóruns da Juventude da Madeira que venham a acontecer;
5. Criação de sondagens mensais na página de Facebook para que os jovens possam participar de forma fácil nas opções da Juventude Popular da Madeira;
6. Estudar a possibilidade de organização de um festival de verão de um dia, aberto ao público, intitulado JP Summer Day e que promova a aproximação da JP à juventude;

Modernização e Inovação:

7. Criação de “inquéritos online” que mostrem o quanto cada jovem está próximo ou não do programa político da JP Madeira aprovado em congresso;
8. Transformação do canal de YouTube da JP Madeira, criado no último mandato, num formato de JP Madeira TV, com criação de conteúdo para os jovens, nomeadamente stand-up comedy sobre a situação política regional, programas de opinião, pequenos vídeos informativos sobre programas para jovens ou actividades da JP ou outros programas de formatos como “O que eles não querem que tu saibas” ou “O que nós defendemos”;

Transparência e ética:

9. Criação de um código de ética e conduta para os eleitos pela JP Madeira tanto na estrutura como em órgãos de poder político;
10. Continuar a apresentar e aprovar, anualmente, em Conselho Regional o relatório e contas e orçamento da estrutura e divulgar o relatório de contas da estrutura;

Para cumprir este desígnio de continuar a crescer, a JP Madeira tem que fortalecer as suas estruturas internas tanto locais como regionais e garantir as melhores condições de trabalho para cada um dos seus elementos criando assim condições para um trabalho mais especializado e diferenciador que seja facilmente reconhecido pela juventude da Madeira como um trabalho com valor acrescentado e com impacto no seu dia a dia. Só assim conseguiremos promover a militância e cumprir com o nosso desígnio de nos tornarmos a maior, mais capaz e mais influente juventude partidária regional. Para garantir essas condições estruturais necessárias para o crescimento da JP Madeira propomos as seguintes medidas:

Expansão e crescimento:

1. Trabalhar para o objetivo do pleno de estruturas concelhias nos 11 concelhos da região. Falta-nos atualmente estruturas na Ribeira Brava, São Vicente e Porto Moniz, depois de termos conseguido eleições históricas na estrutura como Porto Santo ou Calheta.
2. Começar a trabalhar para passar a ter núcleos de freguesia em vários concelhos onde o nosso crescimento já o permite.

Especialização e partilha de responsabilidades:

3. Cada membro da Comissão Política Regional terá a seu cargo a liderança de um grupo de trabalho temático que contará com a participação de todos os militantes que queiram contribuir com o seu conhecimento e tempo para o planeamento do pensamento e propostas da JP nessa determinada área. Estes grupos de trabalho podem contar igualmente com a participação de independentes, simpatizantes, ex-militantes e militantes honorários ou militantes do CDS-PP Madeira;
4. Criação do Gabinete de Apoio ao Militante e Relações Externas, dentro da organização interna da CPR, que terá como principais funções:
 - a. Acompanhamento personalizado e constante aos nossos militantes;

- b. Promover o aumento da participação dos nossos militantes em associações juvenis e estudantis;
 - c. Desenvolver campanhas de militância, como por exemplo, a participação na Expo Madeira e em possíveis Fóruns da Juventude da Madeira que venham a ser organizados no futuro;
 - d. Promover a melhoria das relações da JP Madeira com outras estruturas juvenis incluindo estruturas políticas juvenis de partidos parceiros de outros países. Nesse sentido, deverá tentar promover a organização de projectos de intercâmbios Europeus e a Parceria Atlântica com a JP Açores;
5. Criação do Gabinete de Comunicação, dentro da organização interna da CPR, que terá como responsabilidades:
- a. Gestão e criação dos conteúdos da JP Madeira TV;
 - b. Gestão das redes sociais;
 - c. Criação e divulgação da newsletter mensal da JP Madeira;
 - d. Relação com a imprensa;

Aproximação às bases:

- 6. Descentralização das reuniões da Comissão Política Regional e dos Conselhos Regionais;

“Let us extend choice, extend the will to choose and the chance to choose.” - Margaret Thatcher

Três em cada dez adolescentes não gostam da escola! Os números são assustadores e são a consequência de termos um modelo de ensino desligado das reais necessidades do século XXI e dos jovens dos dias de hoje. Os números de retenção e desistência no Ensino Básico na Madeira são muito superiores à média nacional e são assustadoramente altos comparado com a média Europeia.

Sendo a Educação um pilar fundamental do desenvolvimento de qualquer região ou país torna-se crucial dar uma atenção especial a esta temática. É crucial que a Escola não seja pensada apenas do ponto de vista do professor ou encarregado de educação, mas principalmente do ponto de vista do aluno! Só um modelo educativo onde os estudantes se revêm e gostam de estar, será um modelo educativo que atingirá os seus macro-objectivos. Nesse sentido é crucial relembrarmo-nos que felizmente nós, seres humanos, somos todos diferentes e que dessa forma é quase impossível existirem modelos que satisfazem a todos por igual. Assim sendo, consideramos como pilar crucial de um novo modelo de Educação a autonomia das escolas. Apenas essa autonomia permitirá que cada escola se adeque à sua envolvimento e aos seus alunos.

Por outro lado, consideramos que a liberdade de escolha é outro pilar fundamental da educação! Os alunos e encarregados de educação devem poder escolher livremente a escola que melhor se adequa às suas necessidades e essa liberdade de escolha permite também que as escolas, com a autonomia referida anteriormente, possam encontrar modelos educativos e pedagógicos alternativos que dêem resposta às características concretas de cada tipo de nicho de alunos.

Por fim, consideramos importante lembrarmo-nos que um dos grandes objectivos da educação é ser um “elevador social”, ou seja, permitir a redução de desigualdades sociais e promover a eliminação de diversos problemas sociais no longo prazo. Para isso, é importante que a educação e formação não venda ilusões, mas reais competências para o mercado de trabalho. Para isso, é importante que as ofertas educativas, principalmente da

formação profissional, estejam adequadas com o mercado regional e as suas reais necessidades.

Resumindo, defendemos um sistema educativo onde cada escola tenha uma alargada autonomia inclusive para escolher currículos educativos (dentro de regras básicas), onde cada aluno possa escolher livremente a escola e logo o currículo educativo que melhor se adequa às suas necessidades e objectivos e onde o mundo empresarial ajuda as escolas a saber a cada momento as reais necessidades de mercado. Só um modelo promotor de diferentes soluções para pessoas todas diferentes será verdadeiramente inclusivo e permitirá melhorar a relação dos jovens com a escola. Para atingir estes objectivos propomos o seguinte:

- Aumento da autonomia de gestão financeira e pedagógica das escolas – incluindo a responsabilidade e competência para seleccionar e contratar os seus docentes, os seus técnicos e os seus colaboradores. Seleccionar também o modelo pedagógico que melhor se adequa aos seus objectivos e comunidade educativa.
- Currículo base obrigatório para todas as escolas, mas liberdade para cada escola escolher o resto do currículo dentro de regras previamente estabelecidas;
- Novo modelo de direito de voto para escolha do Conselho Directivo das escolas e dos seus programas, objectivos e planos educativos de médio e longo prazo que inclua o direito de voto para: professores e funcionários, alunos e pais;
- Introdução do cheque ensino que financie directamente os alunos e famílias, ao contrário do modelo actual de financiamento directo às escolas, para que sejam as famílias e estudantes a escolher livremente o seu percurso educativo;
- Criação de um cheque ensino para actividades extra-curriculares para alunos carenciados que permita a esses alunos o acesso a actividades educativas, desportivas e artísticas, tais como: explicações, cursos de línguas, cursos livres, actividades desportivas e artísticas, etc.;
- Promover o aumento da quantidade de actividades fora do currículo oferecidas pelas escolas e que permitam formar crianças e jovens mais preparados para a vida, tais como: aprender a cozinhar, cozer, etc.;
- Implementação da semana das actividades extra-curriculares, por exemplo durante a semana do desporto escolar, que permita aos estudantes ter contacto com outras experiências formativas;
- Promover a limitação do tempo dedicado aos trabalhos de casa, permitindo aos jovens um maior equilíbrio entre a sua vida pessoal/estudantil e a participação em mais actividades fora da escola;

- Promover o aumento dos intervalos entre cada hora de aulas permitindo assim práticas pedagógicas mais adequadas;
- Instalação de Wi-Fi gratuito e livre em todas as escolas em toda a sua área;
- Reorganização da formação contínua dos professores;
- Valorização da carreira de professor, incluindo medidas como a redução das horas em sala de aula e aumento das horas para formação profissional e actividades extra-curriculares;
- Promoção do aumento da participação do tecido empresarial no desenho da oferta secundária e pós-secundária, especialmente na formação profissional que está desadequada da realidade do mercado.

ENSINO SUPERIOR: UMA GERAÇÃO PARA A MADEIRA

“Education is the most powerful weapon which you can use to change the World.” – Nelson Mandela

A educação, ensino superior e ciência devem ser pilares fundamentais da visão de desenvolvimento de longo prazo de Portugal e da Madeira. Um região ultraperiférica e com um mercado de reduzida dimensão como a Madeira precisa de apostar em sectores económicos de alto valor acrescentado e que não exijam elevados custos de transporte como o desenvolvimento de software, aplicações, conteúdo digital ou jogos; nanotecnologia; bioquímica; biocombustíveis ou indústrias criativas, como a criação de filmes de animação e outros conteúdos audiovisuais ou design de: interior, gráfico, moda, jóias, brinquedos, etc. Para essa aposta nestes sectores de alto valor acrescentado é crucial ter profissionais bem preparados e nesse sentido é fundamental que a Universidade da Madeira seja uma universidade de referência e excelência nos sectores definidos como estruturais para a economia da região e ao mesmo tempo em consonância com a evolução do mercado de trabalho.

Actualmente as universidades portuguesas, onde a Universidade da Madeira não é excepção, estão fortemente condicionadas com as limitações externas, mas também

internas na substituição de professores que permitam a adequação da sua oferta educativa à realidade do mercado de trabalho e da economia regional. Essa desadequação cria problemas sociais e económicos como: a quebra das expectativas dos alunos e a incapacidade da economia de gerar inovação e diferenciação nos sectores mais estruturais e com maior probabilidade de impacto positivo na economia regional.

As principais condicionantes externas que impossibilitam o desenvolvimento da qualidade das universidades e a sua evolução mais de acordo com a realidade social e económica são a falta de fontes de financiamento, grande distância entre decisores políticos e decisores académicos que muitas vezes cria as condições para a criação de legislação que promove a manutenção de um *status quo* e a redução da procura em termos de alunos. Como forma de promover soluções para estas condicionantes externas propomos:

- 1) Que o Governo Regional passe a ter, juntamente com o Governo da República, tutela sobre a Universidade da Madeira e que passe a contribuir também para o orçamento desta instituição tão importante para o futuro da região;
- 2) Implementação de Júnior Empresas na Universidade da Madeira potencializando: a aproximação da Universidade à sociedade civil e ao mercado, bem como a componente de aprendizagem prática dos alunos ao mesmo tempo que ajuda no financiamento complementar da academia;
- 3) Reforço das bolsas de estudo do Governo Regional e criação de novos escalões de apoio para níveis de rendimento familiar per capita superiores aos actuais limites para a concessão de bolsa;

Por outro lado, a principal condicionante interna que potencia este mesmo desfasamento da oferta académica face à realidade regional deve-se ao tipo de *governance* interno das universidades que promove a manutenção do *status quo* visto que a grande fatia do poder na eleição dos reitores e conseqüentemente na definição da estratégia da instituição está nas mãos dos professores e assim sendo, nenhum reitor tem grandes hipóteses de eleição se tiver uma proposta para a academia que mexa substancialmente na oferta académica e conseqüentemente na necessidade de recursos humanos. Assim sendo, **considera-se crucial que se promova um novo modelo de eleição do reitor com uma distribuição equitativa entre representantes: 1) do Governo/Sociedade Civil; 2) dos alunos; 3) dos professores/funcionários não docentes. A distribuição do poder por estes 3 grupos, garantindo que nenhum deles tem capacidade de decisão unilateral sobre os destinos da instituição, permite criar as condições necessárias para que os superiores interesses da Universidade, no longo prazo, sejam defendidos.**

Por fim, defende-se a implementação das seguintes medidas com o objectivo de melhorar a qualidade de ensino, aumentar a autonomia das universidades e contribuir para a democratização do ensino superior em Portugal:

- 1) Promover o fim dos testes standartizados, ou seja, exclusivamente estilo escolha-múltipla nas universidades;
- 2) Implementação da semana das actividades extra-curriculares, conforme acontece em outros diversos países europeus, em cada um dos semestres académicos como forma de promover a aquisição de competências sociais, culturais ou desportivas e o reconhecimento da importância dessas competências no desenvolvimento curricular dos estudantes;
- 3) Promoção da autonomia para que cada universidade defina os seus critérios de admissão no acesso aos seus cursos substituindo a selecção exclusivamente baseada na média de candidatura;
- 4) Reforçar as bolsas de apoio e cooperação com os PALOP;
- 5) Aumentar a oferta dos empréstimos de garantia mutua para os estudantes de ensino superior;
- 6) Promover uma revisão aos regulamentos de atribuição de bolsas de estudo para corrigir injustiças e imprecisões;
- 7) Aumentar a oferta de bolsas de investigação nomeadamente através da ARDITI;
- 8) Criação de bolsas de oferta de mini-jobs para estudantes universitários como forma de promover a experiência profissional ainda durante a fase de estudos e ao mesmo tempo ajudar no financiamento pessoal dos estudos;

“O bem-estar para todos só está disponível no mercado de livre concorrência e respeito pelo mecanismo de preços.” – Ludwig Erhard

A Democracia-Cristã foi já responsável pelo renascimento pós-guerra de grandes economias Europeias como a Alemã, a Italiana ou a Holandesa. A ideologia e ideias Democratas-Cristãs já demonstraram assim a sua aplicação prática à realidade das economias de mercado, abertas e desenvolvidas e é essa base ideológica que deve servir-nos de inspiração para fortalecer a economia da Madeira e dar finalmente o passo em frente que permita à Madeira deixar o seu modelo de desenvolvimento baseado apenas no “betão”!

A Madeira precisa de um modelo de desenvolvimento económico baseado na qualificação dos recursos humanos, de alto valor acrescentado, com elevado poder de compra e com aposta em sectores de elevada produtividade que permita um nível salarial muito mais aproximado aos parceiros europeus.

É esse modelo económico que permitirá às novas gerações uma estabilidade profissional que não existe neste momento e um novo leque de oportunidades que permita à região reter os seus melhores talentos e não perde-los, através da emigração, para outras paragens onde as perspectivas de vida são mais aliciantes.

Para implementar este novo modelo económico propomos:

- Implementação de um sistema de salário mínimo por sector de actividade, baseado no modelo alemão e no que foi feito recentemente em Portugal para a função pública, tendo em conta as diferenças de produtividade dos diferentes sectores que permita aumentar o salário mínimo acima do valor base estipulado nos sectores de actividade onde a produtividade já permite um significativo aumento salarial, por exemplo: sector da grande distribuição;
- Promoção de legislação que promova a limitação do recurso à contratação a termo às situações de (i) actividade temporalmente limitada; (ii) substituição de trabalhador em caso de doença, acidente, incapacidade temporária, licença; e (iii) início de actividade da empresa até ao limite de 2 anos, de acordo com o defendido pela Câmara do Comércio e Indústria Portuguesa;
- Alteração da legislação para introduzir da possibilidade de cessação de contrato individual de trabalho por motivos de mercado, estruturais ou tecnológicos em moldes idênticos ao da legislação alemã, com pré-aviso variável em função da antiguidade do trabalhador (entre 2 e 6 meses, por exemplo, consoante a duração

do vínculo) e compensação majorada em caso de não impugnação judicial, , de acordo com o defendido pela Câmara do Comércio e Indústria Portuguesa;

- Alteração da legislação laboral para promover o alargamento do período experimental para 180 dias para a generalidade dos trabalhadores, com excepção dos trabalhadores que exerçam cargo de direcção ou quadros superiores em que se mantém o actual limite de 240 dias (o alargamento do período experimental implica o correspondente aumento do pré-aviso em caso de cessação do contrato por motivos de mercado, estruturais ou tecnológicos, no caso dos trabalhadores que actualmente estão sujeitos ao período limite de 90 dias), de acordo com o defendido pela Câmara do Comércio e Indústria Portuguesa;
- Alteração da tributação dos “recibos verdes”, em sede de Segurança Social, a níveis idênticos aos que são aplicados à remuneração do trabalho juridicamente subordinado, desincentivando o recurso às falsas “prestações de serviços” (excepcionar exercício de profissionais liberais ou situações similares), de acordo com o defendido pela Câmara do Comércio e Indústria Portuguesa;
- Estabelecimento de mecanismos de incentivo à contratação colectiva ao nível da empresa, alargando às comissões de trabalhadores a possibilidade de celebração de “acordos de empresa”, de acordo com o defendido pela Câmara do Comércio e Indústria Portuguesa;
- Lançar um sistema de conta-corrente Estado/contribuente que permita os pagamentos do estado quando o saldo a receber pelas empresas é maior que o a pagar;
- Implementação de um modelo de *governance* das empresas de maior dimensão (exemplo SA's e cotadas), baseado no modelo Alemão que permita aos funcionários ter direito a voto no Supervisor Board de forma a promover a minimização de conflito de interesses entre representantes dos factores de produção: trabalho e capital;
- Promoção de uma revisão e simplificação da legislação comercial e tributária;
- Apostar na internacionalização das empresas públicas, como forma de incentivar a internacionalização da economia regional. A Empresa de Electricidade Madeirense pode e deve ser o primeiro motor dessa internacionalização;
- Promover o debate público e participação cívica na escolha do projecto estratégico e administração das empresas públicas;
- Corrigir os incentivos perversos dos modelos de apoios sociais não contributivos através da implementação da compensação social em horas de voluntariado cívico por parte dos beneficiários;
- Criação de desconto para a constituição de empresas e associações detida por jovens e também nas obrigações fiscais nos primeiros anos de existência dessas empresas;

- Promoção de redes de contactos para potenciais empreendedores através da Start Up Madeira que permitam uma melhor relação entre novos empreendedores e empresários experientes que dessa forma possam com essa sinergia impulsionar o crescimento das novas start-ups;
- Criação de programas de mentoring e coaching para jovens e novos empreendedores com empresários experientes;
- Criar programas de co-criação de empresas, ou seja, ter o governo regional a agir como Business Angel em áreas estratégicas para a região e de alto valor acrescentado tais como: agro-indústria, produção de produtos que usem matérias-primas tradicionais (bordado, banana, vimes, etc. por exemplo), aquacultura, indústria cosmética, aparelhos electrónicos de pequenas dimensões, joelheria, indústrias criativas (cinema e filmes de animação, jogos de computador e consolas, software, música, publicidade e comunicação, escrita (edição e publicação), criação artística, etc.), biotecnologia (bioinformática, engenharia biomédica, tecnologia da saúde, etc.), semi-condutores e chips e nanotecnologia;
- Criação de um conjunto de benefícios fiscais para novas empresas criadas nos sectores que venham a ser considerados estratégicos tanto a nível regional como local;
- Criar uma empresa pública para o sector do Vime de forma a inserir uma modernização no sector através do design e da diferenciação do produto;
- Criar legislação que proíba as empresas de contactarem os trabalhadores no seu tempo de descanso a exemplo de vários países Europeus nomeadamente: Alemanha e França;
- Gestão pública do CINM numa entidade empresarial pública, a exemplo do AICEP, mas com possibilidade de participação privada associativa, a exemplo da Associação de Promoção da Madeira, que faça também a gestão da promoção da economia da Madeira como um todo, atracção de investimento, promoção de exportações, internacionalizações de empresas, etc.
- Promoção pela transformação gradual para um sistema fiscal próprio para a RAM.

“Let us never forget this fundamental truth: the state has no source of money, other than the money people earn themselves. If the state wishes to spend more it can only do so by borrowing your savings, or by taxing you more. And it’s no good thinking that someone else will pay. That someone else is you! There is no such thing as public money. There is only taxpayers’ money.” – Margaret Thatcher

A reforma da administração pública regional é crucial para o futuro desta região! Para que o nosso futuro, o futuro dos jovens, seja assegurado é crucial reconciliar a qualidade dos serviços públicos e o seu custo para os contribuintes. É sempre importante relembrar que o dinheiro do Estado não nasce nas árvores ou cai do céu! Como dizia, e bem, Margaret Thatcher, o dinheiro que o Estado usa vem única e exclusivamente dos contribuintes. O Estado só pode gastar o dinheiro que os cidadãos eles próprios trabalham para receber! Por esse motivo é crucial garantir uma administração pública eficiente, que providencie serviços de qualidade e proteja o bolso dos contribuintes.

Para atingir isso precisamos ter os funcionários públicos motivados, empenhados, livrar a administração pública da cultura da cunha, do seguidismo, promover o pensamento crítico e a recompensa pelo desempenho. Esta nova administração pública é a base para uma região que responde melhor e mais rapidamente às mudanças, que se adapta mais rapidamente, que promove e ajuda a criação de riqueza e que oferece serviços públicos de qualidade que promovem a justiça social.

Como propostas de solução para promover uma administração pública mais ágil e eficiente, mas ao mesmo tempo com custos realmente suportáveis para os contribuintes propomos as seguintes medidas:

- Reanalisar a mais-valia de cada uma das empresas e organismos públicos e extinguir ou fundir aqueles que já não representem uma real mais valia para a Região;
- Defender o fim das isenções fiscais das associações ou organizações de qualquer religião ou culto, partidos, sindicatos e associações patronais;
- Alterar o modelo de funcionamento dos serviços de informática do Governo Regional, criando equipas de programadores para desenvolvimento das aplicações e software usados pelos organismos públicos. Este desenvolvimento é crucial para

melhorar a eficiência dos serviços e reduzir custos, por exemplo o software de registo das parcelares agrícolas se tivesse a função de importação da imagem cadastral faria o processo demorar apenas 2 minutos, mas como não tem, esse processo demora 15 e com menor qualidade;

- Criação de equipas de consultoria e desenvolvimento técnico dos serviços públicos que apliquem, por exemplo, técnicas de *Lean Six Sigma* para desenvolver projectos e alterações de funcionamento que permitam melhorar a eficiência desses serviços;
- Implementação de remuneração variável em todas as vagas da função pública dependendo de resultados individuais e colectivos;
- Flexibilizar a negociação salarial na administração pública reduzindo assim os impactos negativos, por selecção adversa, da remuneração tabelada;
- Promoção da formação contínua, especialmente em liderança para as chefias;
- Eliminar as progressões automáticas de carreira e lutar por sistemas de promoção de carreira que premeiem realmente o mérito;
- Lutar pela limitação de mandatos na Assembleia Legislativa da Madeira e na Assembleia da República como forma de promover uma renovação contínua de gerações e ideias no poder político;

AMBIENTE, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL, MAR E PESCAS: OS JOVENS NO PRIMEIRO SECTOR

A Natureza é uma característica basilar do destino Madeira, assim como a sua paisagem natural humanizada fortemente caracterizada e reconhecida internacionalmente pelas plantações de vinha e bananeira nos socacos de pedra aparelhada ou pelas Levadas que são herança, construída com enorme suor, entregue às nossas gerações. É nosso dever portanto preservar esta tão rica herança que recebemos. Preservar a floresta Laurissilva, já tão rara no mundo, e preservar a nossa paisagem humanizada é um dos melhores contributos que podemos dar para honra a memória da cultura e história Madeirense e o esforço de todas as anteriores gerações que com suor, sangue e lágrimas escreveram as páginas da nossa tão bela história. Tendo em vista estes objectivos propomos:

- Defender a concessão de terrenos na posse do Governo Regional com potencial agrícola para esta actividade;
- Apostar em projectos agrícolas que incluam transformação de produtos frescos em produtos transformados como forma de minimizar as desvantagens da nossa orografia para a rentabilidade do sector agrícola;
- Defender condições especiais de acesso ao “banco de terras” regional para jovens agricultores até aos 35 anos de idade;
- Promover a criação de equipas de vigilância da Natureza para a época do Verão, época de maior probabilidade e incêndios florestais, com os jovens estudantes que estão de férias nessa altura que podem assim ter uma primeira experiência de trabalho;
- Promover a renovação da frota piscatória da Madeira;

TURISMO: O MOTOR DA ECONOMIA DA MADEIRA NÃO PODE PARAR

O turismo representa cerca de 30% da economia da Madeira. É também um importante gerador de emprego, mas os dados económico-financeiros do sector não são nada animadores. Retirando os anos recentes de recuperação do sector devido a constrangimentos de outros destinos internacionais concorrentes, a Madeira tem tido uma tendência pouco animadora especialmente em termos de rendimento por quarto (RevPAR). Recentemente foram anunciados os números do último ano neste sector com perdas superiores a 7% tanto em termos de dormidas como em termos de rendimento por quarto. Estes números são claramente preocupantes e deverão levar a uma importante reflexão profunda sobre esta área tão importante para a Região. A juntar a estes dados, as notícias recentes e cada vez mais frequentes de novas companhias aéreas a deixar de operar para o aeroporto da Madeira levam a **Juventude Popular da Madeira a defender que chegou o momento de limitar o aumento desordenado do número de camas disponíveis tanto na hotelaria como em alojamento que permita um ajuste sustentável entre a procura e a oferta que leve a um aumento do RevPar que é crucial para a sustentabilidade do sector e a capacidade deste sector em gerar rendimento para ambos os factores de produção: trabalho e capital, ou seja, trabalhadores e empresários.** A juntar a isto é importante aproveitar este momento para requalificar e melhorar a qualidade do nosso

destino e permitir assim criar as condições base para manter os padrões elevados de qualidade pelos quais a Madeira é reconhecida. Nesse sentido propomos as seguintes medidas:

- Implementação da taxa turística, de natureza regional e não local, que permita uma geração de receita para reinvestir na manutenção do nosso maior património, a Natureza, como por exemplo: recuperação e sinalização de Levadas, sistemas e apoio a caminhantes, centros de apoio para actividades desportivas de Natureza, etc.;
- Substituição de alguns autocarros de rotas urbanas e inter-urbanas com mais potencial turístico para autocarros panorâmicos que permita uma mobilidade dos turistas com melhor qualidade;
- Introdução de sistemas de informação sonora e escrita em cada autocarro sobre cada paragem para facilitar o uso do transporte público colectivo por parte dos nossos visitantes;
- Reforço do orçamento para promoção turística e aposta em novos mercados emergentes;
- Reforço do orçamento e dos apoios para captação de novas rotas aéreas;
- Reforço da oferta cultural da Madeira e Porto Santo;

HABITAÇÃO JOVEM, FAMÍLIA, CRIANÇAS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Quase todos os concelhos da Região debatem-se com graves problemas de envelhecimento e principalmente a costa Norte da Madeira debate-se com um grave risco de desertificação que coloca em risco a economia local desses concelhos e o bem-estar dessas populações. É urgente encontrar respostas de promoção da natalidade! Essas soluções para serem sustentáveis e para promoverem reais impactos ao longo do tempo devem basear-se, na nossa opinião, numa melhoria da estabilidade económico-financeira das famílias, dos jovens e dos jovens casais, que analisamos em secções anteriores desta moção, mas também numa melhoria do equilíbrio entre vida profissional e vida familiar. Assim, em resposta a essa necessidade de equilíbrio entre carreira/família, propomos o seguinte:

- Criação de um sistema de acção social para infantários, berçários e creches;
- Implementação de uma licença parental pré-natal 2 semanas antes da data prevista para o nascimento;
- Alargamento aos avós do direito à licença parental complementar e à licença para assistência a filho;
- Alargamento da licença de assistência aos filhos para 2 anos;
- Dispensar de prova de amamentação para assistência a filhos;
- Introduzir uma licença de maternidade acrescida de duas semanas a partir do nascimento do terceiro filho;
- Promover um regime onde a maternidade e paternidade contribui para a redução da idade mínima para reforma;
- Alargamento da licença parental inicial para 210 dias;

Adicionalmente, a baixa natalidade está também fortemente associada ao início tardio da vida familiar em comum. Nenhuma geração anterior teve tantas dificuldades de acesso à primeira casa! Esse facto, impossibilita a obtenção de estabilidade familiar que é o pilar para a planificação de uma vida familiar. Este é um dos principais problemas da nossa geração. Os jovens querem e precisam de poder encontrar o seu próprio espaço e encontrar a sua “liberdade” e nesse sentido é muito importante que a sociedade consiga encontrar respostas para que seja possível aos jovens sair de casa dos pais antes dos 30 anos que infelizmente começam a ser casos raros. Assim além das soluções de estabilidade económico-financeira e profissional que vimos anteriormente, que permitem o acesso ao crédito bancário, acreditamos serem necessárias medidas de promoção do arrendamento jovem a preços acessíveis que apresentamos abaixo. Ainda mais, porque Portugal continua a ser dos países Europeus onde o arrendamento tem menor representatividade.

- Concessão de imóveis devolutos da administração pública regional e local para transformação em projectos de arrendamento a preços acessíveis;
- Expansão do programa porta 65 para níveis de comparticipação da renda mais elevados principalmente nos últimos 3 anos do apoio e promoção de maior divulgação do programa;

Por outro lado, é um dever moral da sociedade contribuir para melhorar as condições das crianças e jovens que estão à guarda do Estado. A forma como tratamos as nossas futuras gerações que ficam à guarda do Estado, e logo, de todos nós, é um importante espelho daquilo que desejamos nos tornar enquanto sociedade. Assim sendo, propomos as seguintes medidas para melhorar o acompanhamento e apoio prestado a estes jovens:

- Criação de um sistema de buddys/“apadrinhamentos” para crianças institucionalizadas que permita o contacto com outras realidades e experiências e a idealização de um exemplo a seguir;
- Aumentar os apoios para famílias de acolhimento;

SOLIDARIEDADE, EQUIDADE, INCLUSÃO E SEGURANÇA SOCIAL: UMA CAUSA JOVEM

“Some Socialists seem to believe that people should be numbers in a State computer. We believe they should be individuals. We are all unequal. No one, thank heavens, is like anyone else, however much the Socialists may pretend otherwise. We believe that everyone has the right to be unequal but to us every human being is equally important.” – Margaret Thatcher

A direita política pela sua luta constante pela liberdade económica e pela primazia pela escolha individual face às imposições societárias de grupo deve também ser um enorme impulsionador da liberdade social. Como afirmava Margeret Thatcher, a liberdade económica é a base de todas as outras liberdades, mas é também verdade que a liberdade económica só faz sentido na possibilidade de obtenção das outras liberdades. Assim sendo, a Juventude Popular da Madeira acredita numa sociedade onde cada um tem direito à sua escolha individual em todos os assuntos que são do seu foro pessoal. O Estado não deve interferir nas escolhas que um ou mais indivíduos façam para a sua vida, desde que essas escolhas não tenham impactos negativos em terceiros. O Estado não tem o direito de impor valores morais ou culturais de uma maioria ou minoria a terceiros! O Estado deve

promover o respeito e a compreensão entre todos os seus cidadãos e não tentar uniformizar à força o que por natureza é diferente!

Por outro lado, compete ao Estado garantir que todos tenham acesso igual, ou pelo menos semelhante, às oportunidades de ascensão social. Isto não quer dizer que o Estado possa, por decreto, por exemplo, acabar com a pobreza ou com as discriminações de diversas índoles. Isso não é possível! Mas é possível que o Estado promova os mecanismos que permitam a cada cidadão encontrar respostas que lhe ajude a escolher um caminho sustentável para atingir os seus objectivos sociais. Isto é ainda mais relevante numa Região como a Madeira que tem ainda índices de pobreza demasiado altos e uma elevada fatia da população em risco de exclusão social. Deste ponto de vista, acreditamos fortemente que a revisão do sistema de educação que falamos anteriormente é crucial neste objectivo de combate às desigualdades sociais, mas além dessa proposta apresentamos algumas medidas abaixo que consideramos importantes para a promoção de uma sociedade mais justa:

- Promoção da reintegração social fora dos bairros sociais para reduzir os riscos de guetização de faixas sociais ou zonas;
- Introdução da ideia de condomínios nos bairros sociais, com alocação de, por exemplo, 15% do valor da renda social para essa organização, como forma de promover a participação cívica dos moradores nas decisões colectivas e ao mesmo tempo a sua responsabilização pelo património colectivo;
- Promover a possibilidade de compra da habitação social por parte dos seus moradores, por exemplo, através da criação de linhas de crédito bonificadas para esse efeito. A possibilidade de possuir propriedade é um passo social muito libertador que tende a promover fortemente o sentimento de inclusão e reduz a dependência dessas famílias face ao Estado;
- Reorganização dos apoios sociais para que os seus utilizadores tenham acompanhamento continuo que promova a resolução real da(s) causa(s) que levaram à exclusão social e não apenas a satisfação pontual e continua de necessidades. Como diz o povo em toda a sua sabedoria, “não lhe dê o peixe, ensina-o a pescar”;
- Introdução de condição de recursos para complemento público das pensões mínimas, ou seja, valor pago pelo Estado entre a diferença das contribuições efectuadas e a pensão mínima fica dependente na necessidade económica;

- Alteração legislativa que autorize a obtenção de rendimentos extra aos rendimentos sociais até um montante máximo de 40% do valor mensal das prestações sociais, como forma de reduzir o incentivo perverso ao “não esforço” e à economia paralela;
- Criação do banco de horas de voluntariado e criação de incentivos para os voluntários através desse banco de horas;
- Aposta na melhoria da qualificação profissional dos desempregados e beneficiários de outras prestações sociais, de modo a permitir que possam responder às necessidades do mercado de trabalho;
- Defender uma alteração legislativa que elimine a condição de não existir actividade profissional para o apoio à terceira pessoa para assistência à pessoa com deficiência. Esta medida é muito importante para promover a integração social destas pessoas no mercado de trabalho, pois o facto de auferirem de determinado rendimento não lhes reduz ou elimina a necessidade de assistência.

ARTE, CULTURA E INDÚSTRIAS CRIATIVAS

A Cultura é um pilar muito importante do desenvolvimento de qualquer região ou país. Da mesma forma que a educação, a cultura é um importante mecanismo para alargar horizontes aos povos e para combater desigualdades sociais no longo prazo. A Cultura por esse motivo deve merecer uma atenção especial por parte do poder político. Por outro lado, a Cultura é em si só um sector de actividade que pode ser altamente produtivo e rentável se for dinamizado e gerido de forma apropriada. A Madeira tem, entre outros, o exemplo do Grupo Dançando pela Diferença que se tornou num símbolo maior da produção cultural e que através dessa produção cultural com qualidade permitiu tornar-se numa organização auto-sustentável. O que se deseja para o futuro da Cultura da Madeira é mesmo essa internacionalização, essa capacidade de gerar receitas próprias e essa capacidade de produzir com qualidade. A Madeira já por diversas vezes e em diversas áreas provou que tem imenso talento e é muito importante começar a tornar esse talento em actividades profissionais que criem rendimentos e estabilidade profissional e pessoal para os nossos talentos. Com o objectivo de contribuir para criar essas condições para que a Cultura da Madeira dê um próximo passo a caminho da auto-sustentabilidade e internacionalização propomos:

- Defender a admissão das despesas culturais (exemplo: museus, teatro, cinema, etc.) nas deduções à colecta em sede de IRS na área de despesas com a Educação;
- Promoção da produção cultural Madeirense através da introdução de tempos mínimos para produções Madeirense nos espaços culturais Madeirenses;
- Defender a criação da Expo Cultura para promover a divulgação do que de melhor se faz neste sector na Madeira;
- Facilitar e promover a cultura de/na rua, lembrando que na Europa imensos talentos de diferentes áreas dão os seus primeiros passos no mundo artístico deste modo;
- Promover a criação de incubadoras de talentos culturais que ajude os novos artistas a tornar o seu talento numa actividade auto-sustentável e rentável;
- Promover a criação de bolsas de criação artística a funcionar em moldes semelhantes às bolsas olímpicas, ou seja, com durações e valores dependentes dos objectivos a atingir.
- Mudança dos sistemas de apoio à cultura para dar mais relevância às escolhas individuais dos consumidores e para promover o acesso à cultura, nomeadamente através de projectos de co-financiamento de bilhetes, promovendo assim uma redução dos custos de acesso à cultura e promoção da cultura para todos.

TRANSPORTES: MOBILIDADE DOS JOVENS

Numa sociedade global do conhecimento como a que vivemos nos dias de hoje, a mobilidade tornou-se um factor crucial de competitividade. A necessidade de circulação de mercadorias e pessoas entre regiões está claramente associado à necessidade de procura de novos conhecimentos, experiências, produtos e mercados. A Madeira continua a ter a área da mobilidade como um forte entrave à sua competitividade para atractividade de empresas multinacionais e também no nível de qualidade de vida percebido pelos cidadãos em viver na Região. Isto numa região ultra-periférica como a nossa tem sempre graves implicações económicas e sociais no longo prazo.

Por outro lado, apesar de uma forte exposição mediática para os problemas de mobilidade da Madeira com o exterior, a verdade é que os problemas de mobilidade interna e inter-ilhas são tão ou mais gravosas para a grande maioria da população. Assim sendo, propomos as seguintes medidas como soluções para os problemas já identificados por todos:

Transporte aéreo:

- Subsídio de mobilidade do transporte aéreo deve ter desconto directo. A ideia já está aprovada pela Assembleia da República e é necessário continuar a lutar pela sua implementação efectiva;
- Negociação com a ANA para a redução das taxas aeroportuárias para promover uma maior concorrência nas rotas Madeira/Portugal Continental como forma de reduzir as tarifas, mas também promover a diversificação da oferta de rotas entre a Madeira e o resto do Mundo;

Transporte marítimo:

- Concessão da operação portuária para reduzir custos de estiva/frete marítimo;
- Redução progressiva das taxas portuárias para navios de mercadorias;
- Melhoria da eficácia de gestão da APRAM como forma de redução dos custos que esta empresa pública tem para o orçamento regional;
- Transporte de passageiros por via marítima também deve beneficiar de subsídio de mobilidade com valores base mais baixos que o aéreo. O princípio da continuidade territorial é para todos, basta que uma única pessoa não possa viajar de avião para que o princípio de continuidade territorial apenas aplicado nas viagens aéreas seja inaceitável!
- Promover a Madeira como hub de transporte marítimo entre a Península Ibérica/Europa e o Norte de África e Macaronésia;

Transporte terrestre:

- Transporte público terrestre na Madeira deve ser transformado num sistema integrado com o objectivo de criar uma rede mais funcional que facilita a mobilidade do passageiro e ao mesmo tempo reduz o preço. Esta pode ser a grande marca que o CDS-PP Madeira deixará na região na sua participação no Governo Regional neste mandato;
- Promover uma mudança cultural face ao transporte público;
- Adaptação regional da legislação nacional que regula a actividade das plataformas electrónicas de transporte de passageiros como forma de promover mais concorrência no sector do transporte colectivo de passageiros;
- Promover uma modernização e melhoria do serviço prestado ao utilizador no transporte colectivo terrestre, por exemplo com sistemas de informação fidedignos de informação sobre horários e rotas que permita uma escolha consciente e simples mesmo para os utilizadores não frequentes;

Transporte para os jovens e para a nova sociedade:

- Promoção de uma tarifa sub-23, a exemplo do transporte viário, para o transporte marítimo entre a Madeira e Porto Santo;
- Promoção da mobilidade sustentável através de:
 - o Criação de ciclovias;
 - o Criação de redes de partilhas de bicicletas;
 - o Criação de redes de partilhas de boleias;

A história da Madeira é também uma história de emigração! Pelos quatro cantos do mundo existem Madeirenses e descendentes de emigrantes Madeirenses. Numa nova fase do desenvolvimento da Madeira, baseado no conhecimento, nos recursos humanos qualificados e num mercado informado, cosmopolita e multi-cultural é importante a Madeira saber aproveitar essa sua Diáspora. Em primeiro lugar, possibilitando o reforço da nossa capacidade produtiva com o regresso desses quadros e talentos Madeirenses espalhados pelo mundo. As suas experiências e aprendizagens no exterior serão sempre mais valias para o nosso mercado de trabalho e para o crescimento e internacionalização das nossas empresas. Por outro lado, a Diáspora Madeirense espalhada pelo mundo é também uma importante porta da Madeira para o mundo. Uma forma crucial de comunicação do nosso destino turístico, dos nossos produtos, das nossas empresas. Nesse sentido é crucial desenvolver a cooperação empresarial entre a Diáspora empresarial Madeirense e as nossas empresas regionais. Essa cooperação levará a sinergias que poderão contribuir fortemente para a internacionalização da nossa economia e para a criação de novas oportunidades para os nossos jovens e trabalhadores. Assim, sem nunca nos esquecermos que existem mais Madeirenses a viver fora da Madeira, do que na própria Região propomos as seguintes medidas para explorar as potencialidades da nossa Diáspora:

- Criação de um programa para atrair os emigrantes Madeirenses ou seus descendentes a voltar, que inclua medidas como:
 - a) Simplificar o processo de candidaturas a sistemas de incentivos para criação de empresas para a Diáspora Madeirense, permitindo uma maior operacionalidade à distância;
 - b) Envolver as Casas da Madeira e outras associações de emigrantes Madeirenses espalhadas pelo mundo na divulgação dos sistemas de incentivos à criação de empresas na Madeira e na publicitação de concursos públicos internacionais;
 - c) Simplificação do sistema de reconhecimento de habilitações académicas, em colaboração com a Universidade da Madeira, para a Diáspora Madeirense;
 - d) Criar um sistema específico de acesso ao ensino superior na Universidade da Madeira para a Diáspora Madeirense;
 - e) Sistema de apoio ao arrendamento no período inicial do seu regresso;

f) Oferta de cursos de Português para estrangeiros para os membros da Diáspora Madeirense que regressem com pouco conhecimento do Português;

- Reconhecimento pelo Governo da Diáspora empresarial Madeirense, que deve ser melhor aproveitada para apoiar as empresas regionais que se queiram internacionalizar e a captação de investimento para a região;

Por outro lado, dada a nossa enorme proximidade geográfica com Marrocos acreditamos ser crucial um melhor aproveitamento desta realidade. Marrocos é um país em desenvolvimento com forte índice de criação de riqueza. Marrocos é, por exemplo, o 3º país Africano com mais bilionários. Assim sendo, este nosso vizinho deverá ser uma aposta clara na promoção do destino Madeira, dos produtos Madeira e na atracção de investimento directo estrangeiro. Um primeiro passo seria incentivar a Binter a voltar a disponibilizar voos directos entre a Madeira e Marrakech que foram interrompidos com a pandemia.

SAÚDE

O CDS-PP Madeira tem sido o verdadeiro partido líder do debate político sobre o sector da saúde na Região. Foi através do CDS-PP Madeira que se começou a falar e debater sobre a necessidade do novo Hospital Central da Madeira e em tantos outros temas foi o CDS a ser líder do debate levando muitas vezes o Governo e restantes partidos a seguir as suas ideias e propostas. Nesse sentido, este é um capital político que o partido e a JP Madeira não deve perder. O tema da saúde pelo seu impacto para toda a população deve continuar no centro do debate político e a Juventude Popular da Madeira deve acompanhar e participar sempre que possível no debate político interno, dentro do partido, sobre este tema, pois é também muito relevante para futuras gerações. Nesta área apresentamos como propostas:

- Continuar a defesa intransigente da proposta do Estatuto do Cuidador Informal apresentada pelo partido como forma de ajudar a combater o grave problema das altas problemáticas. Lutar pela melhoria continua das condições para o cuidador informal;
- A defesa da proposta apresentada pelo CDS-PP para a cooperação com privados para combater as listas de espera do Serviço Regional de Saúde;

- Estudar a viabilidade de uma reorganização do sistema de cuidados de saúde primários como forma de reduzir a pressão sobre os serviços de urgências e hospitalar;
- Defender a reorganização dos serviços, melhoria das condições laborais dos profissionais de saúde, até pela importância de reter talento no Serviço Regional de Saúde, e o reforço dos recursos humanos afectos ao sector;

JUVENTUDE E DESPORTO

Além das medidas e propostas já apresentadas anteriormente nesta moção que visam claramente o estabelecimento de metas, objectivos e conquistas para dar à nossa geração melhores perspectivas de futuro, nesta secção apresentamos as propostas que muito directamente têm a ver com as oportunidades dos jovens já no momento presente, tanto na questão das políticas de juventude, como na questão das políticas do desporto. Pois, apesar do desporto ser uma área transversal a diversas faixas etárias, é um tema particularmente especial para os jovens, visto que, por exemplo, a idade de para carreira de alta competição profissional em diversas modalidades situar-se também na idade da definição genérica de juventude.

Dada a importância que a prática desportiva tem para o desenvolvimento pessoal e até profissional dos jovens e para a promoção de um estilo de vida saudável e também a importância que a implementação de boas políticas de juventude, que permitem criar oportunidades que enriquecem de forma bastante considerável o currículo e vivência dos jovens, a Juventude Popular da Madeira não pode deixar de considerar importantes as seguintes medidas:

- Reduzir o desfasamento temporal entre o apoio governamental ao desporto e o período de resultados tidos em conta para esse cálculo como forma de incentivar ao mérito dos clubes;
- Promoção da ideia de “Clubes-Escola” ou das parcerias entre clubes e escolas, pelo sucesso que estes sistemas tem tido na nossa região para promover a prática desportiva das crianças e jovens estudantes;

- Expansão do actual programa de mobilidade jovem entre a Madeira e os Açores também a diferentes municípios de Portugal Continental
- Defender uma maior divulgação dos programas de intercâmbio e experiência europeia como voluntariado europeu ou interrail;
- Defender as obras de melhoria e manutenção dos centros de juventude na região;

PORTO SANTO

A dupla insularidade do Porto Santo merece-nos uma atenção especial pelas limitações que essa dupla insularidade tem provocado aos jovens daquela ilha. Assim, além de diversas medidas que fomos referindo ao longo desta moção que têm também impacto no Porto Santo, queremos aqui apresentar algumas ideias de combate à sazonalidade do destino turístico, de promoção de crescimento económico local e de aumento do poder de compra dos seus residentes, pois acreditamos que estes três objectivos são cruciais para dar outras esperanças de futuro às novas gerações do Porto Santo.

A Juventude Popular da Madeira considera que uma solução de fundo que permita mitigar os impactos da dupla insularidade do Porto Santo deve ser encarada como um desígnio regional e nacional! Em Portugal e na Madeira não pode haver cidadãos de se sintam de primeira e cidadãos que se sintam de segunda! Dessa forma propomos as seguintes medidas, algumas delas que exigem um esforço financeiro acrescido, mas que devem ser implementadas, com cooperação regional e nacional, a bem da coesão nacional:

- Criação de políticas mais inovadoras de estímulo ao Investimento Directo na ilha, nomeadamente a isenção total de impostos durante um dado período com a criação de determinado número de postos de trabalho;
- Revisão do contrato de concessão da linha ferry entre Madeira e Porto Santo para minimizar os impactos que a inoperacionalidade do barco durante o mês de Janeiro tem para o Porto Santo;
- Promoção do Porto Santo como destino de turismo de saúde para minimizar os impactos da sazonalidade turística;

- Promover a negociação entre a TAP e a Binter para criação de tarifas combinadas entre Portugal Continental e Porto Santo;
- Promover a requalificação do destino turístico Porto Santo, inclusive as praias, com melhores infraestruturas básicas de apoio nomeadamente: balneários, serviços balneares complementares, actividades de lazer, etc.
- Defender a criação de um centro da Universidade da Madeira no Porto Santo;
- Continuar a defender a necessidade urgente das obras de manutenção e expansão do porto do Porto Santo que permitam promover a ilha como destino de turismo de cruzeiros;